

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 26/Abr



cntv@cntv.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 2958 - Ano 2023



1º de Maio Dia do Trabalhador



PARABÉNS A TODOS OS TRABALHADORES
de maneira especial a todos que cuidam
da segurança e bem estar dos demais.

Confederação Nacional dos Vigilantes 

DIRETORIA DO SINDIVIGILANTES PERCORRE POSTOS EM LINHARES APÓS DENÚNCIAS



O Sindivigilantes está sempre atento às condições de trabalho e direito dos vigilantes patrimoniais e, assim que tomou conhecimento de possíveis descumprimentos em contratos específicos, realizou uma força tarefa onde os diretores percorreram diversos postos em Linhares.

“Em casa posto conversamos com os trabalhadores com o objetivo de confirmar se a empresa está cumprindo seus deveres quanto aos pagamentos de salário, adicionais noturnos, horas extras e DSR”, ressalta o presidente Edimar de Oliveira Campos.

Além desses haveres, o sindicato também recebeu a denúncia de que benefícios como plano de saúde e odontológico e auxílio ao trabalhador não estavam sendo pagos também. Edimar destaca que o sindicato só soube da situação dos vigilantes porque o Sindivigilantes recebeu denúncias a respeito. A sua participação ao informar o sindicato sobre

qualquer situação que prejudique o trabalhador é muito importante.

“O nosso trabalho depende da ajuda dos trabalhadores e trabalhadoras para identificarmos as irregularidades. Entendemos o receio que alguns têm em denunciar, mas estamos sempre à disposição para apurar qualquer e toda denúncia que recebemos e garantimos total sigilo da identidade do vigilante”, reforça Edimar.

O sindicato alerta que o trabalhador não pode ficar com medo diante de situações que o prejudiquem porque, com isso, as empresas se aproveitam e não cumprem o que devem e que está regido em contrato.

“Entrem em contato com o sindicato por ligação ou mensagem de WhatsApp pelo telefone 27.99926-0083. Mais uma vez reforço que garantimos o total sigilo”, finaliza o presidente.

FONTE: SINDVIGILANTES ES

1º de Maio destaca 15 pontos de interesse do trabalhador

Pauta das manifestações dará ênfase a emprego, renda, direitos e democracia; presidente Lula participará em São Paulo



O Dia do Trabalhador e da Trabalhadora deste ano será unificado, organizado em todo o país por oito centrais sindicais: CUT, CSB, CTB, Nova Central, Força Sindical, UGT, Intersindical e Pública

Com o lema **“Emprego, renda, direitos e democracia”**, os atos defenderão 15 pontos, considerados fundamentais pelo movimento sindical para o trabalhador e a trabalhadora. Confira a pauta completa: **Fortalecimento da negociação coletiva.** Por

regras estáveis entre trabalhadores e patrões.

Mais empregos e renda. Para o país crescer e a família do trabalhador viver com dignidade.

Fim dos juros extorsivos. Pela retomada da produção e o bom funcionamento da economia.

Valorização do salário-mínimo. Por maior poder de compra, mais consumo, mais produção e mais empregos.

Direitos para todos e todas. A luta das centrais é por sindicalizados ou não.

Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Por igualdade de oportunidades para mulheres.

Trabalho igual, salário igual. Contra a discriminação de gênero no universo do trabalho.

1. Aposentadoria digna. Por direitos e garantias a quem já dedicou a vida ao trabalho.

Valorização da servidora e do servidor público. Em defesa de quem garante serviços essenciais aos brasileiros.

Regulamentação do trabalho por aplicativos. Pelos direitos trabalhistas dos profissionais que atuam via plataformas digitais.

Defesa das empresas públicas. Basta de vender o patrimônio do Brasil.

Revogação dos marcos regressivos da legislação trabalhista. Contra a precarização imposta pela Reforma de 2017.

Fortalecimento da democracia. Pela derrota completa do atraso político no país.

Revogação do novo ensino médio. Por uma

educação que não desqualifique ou prejudique os estudantes.

Desenvolvimento sustentável com geração de emprego de qualidade. Por uma vida saudável a todos.

Lula em São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou presença em São Paulo, onde deve ocorrer a maior manifestação. A atividade voltará a ocorrer no Vale do Anhangabaú, palco histórico de manifestações em defesa da democracia, como o comício pelas Diretas-Já!, em 1984, após a ditadura militar.

No dia, a CUT acompanhará, em tempo real, os atos em todo o Brasil com uma live, transmitida pelos seus canais de rede social e pela TVT. Confira no site da CUT onde será o ato em seu estado.

FONTE: CONTRAF

TST abre inscrições para seminário em comemoração aos 80 anos da CLT



Banner do Seminário 80 anos da CLT - Dignidade e Justiça Social

Em comemoração dos 80 anos da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em conjunto com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), promove, no dia 4/5, das 9h às 18h, o “Seminário 80 anos da CLT – Dignidade e Justiça Social”. O evento, híbrido, contará com a presença de autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, de representantes de entidades e movimentos trabalhistas e de ministros do TST, que vão abordar e debater as conquistas e os avanços da CLT no Brasil.

No dia 3 /5, o TST realiza uma sessão solene em comemoração à data, com a presença confirmada da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber.

As inscrições estão abertas.

A programação inclui temas como a proteção ao trabalho e a efetividade dos direitos humanos, democracia, relação de emprego e relações de trabalho no Brasil e assuntos relacionados ao trabalho em aplicativos, trabalho doméstico e trabalho rural.

Serão emitidos certificados de participação.

Confira a programação completa.

PROGRAMAÇÃO

4/5/2023 (quinta-feira)

Credenciamento: 8h30

9h - 10h

Perspectivas para as Relações de Trabalho e de Emprego no Brasil

Presidente de Mesa: Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – Tribunal Superior do Trabalho e Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça

Conferencista: Ministro de Estado Luiz Marinho - Ministério do Trabalho e Emprego

Intervalo: 10h - 10h15

10h15 - 12h

Mesa Redonda: Trabalho e Inclusão Social

Presidente de Mesa e Mediadora: Ministra Kátia Magalhães Arruda – Tribunal Superior do Trabalho

Debatedores:

* Paulo Roberto da Silva Lima – Ativista do Movimento Social de Trabalhadores em Aplicativos (a confirmar)

* Luiza Batista Pereira – Coordenadora-Geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

* Maria Joel da Costa – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará

Almoço: 12h - 14h

14h - 15h

A CLT e o Trabalho no Brasil em Perspectiva Histórica

Presidente de Mesa: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Painelistas:

* Ana Flávia Magalhães Pinto – Diretora do Arquivo Nacional

* Magda Barros Biavaschi – Desembargadora aposentada do TRT4

Intervalo: 15h - 15h15

15h15 - 16h45

Democracia, Relação de Emprego e Relações de Trabalho no Brasil

Presidente de Mesa: Ministra Dora Maria da Costa – Tribunal Superior do Trabalho e Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho

Painelistas:

* Senador Paulo Paim - Senado Federal

* Ministro Mauricio Godinho Delgado – Tribunal Superior do Trabalho e Diretor da ENAMAT

Intervalo: 16h45 - 17h

17h - 18h

Conferência de Encerramento

A Proteção ao Trabalho e a Efetividade dos Direitos Humanos

Presidente de Mesa: Ministro Lelio Bentes Corrêa – Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Conferencista: A confirmar

18h

Encerramento do Seminário

Fonte: TST

Zerar a fila do INSS é uma das metas do Ministério do Trabalho, afirma Carlos Lupi



Ministro Lupi em audiência na Câmara dos Deputados.

Foto: Gabriel Paiva

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, anunciou durante audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (26) que a meta da pasta é atender novos pedidos de aposentadoria em até 45 dias, reduzindo a fila no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em cerca de 800 mil pessoas, até o final do ano. Hoje cerca de 1,8 milhão aguardam a resposta do benefício, e um milhão esperam a perícia médica.

O ministro afirmou que o governo Lula herdou essa fila. “É um fato novo, pois nós herdamos essa fila de um 1,8 milhão que, por algum motivo, não tiveram os seus direitos concedidos, uma fila imensa”. E que o maior desafio é zerar essa fila. “O nosso desafio é transformar essa Previdência Social, e eu pretendo, até o final do ano, primeiro zerando a

fila, depois, criando um sistema mais eficiente de atendimento à população”.

Para que essa meta seja atingida, a pasta está buscando, juntamente com a DataPrev, aperfeiçoar o sistema do aplicativo “Meu INSS”. Também está trabalhando em quatro convênios com outros órgãos do Poder Executivo e, assim, agilizar a análise cadastral nos pedidos de aposentadoria.

Convênios

O primeiro convênio é com o Ministério do Desenvolvimento Social que faz o trabalho do CadÚnico junto com as prefeituras, para saber se pessoa está apta a receber o benefício da assistência social ou se ela pode ir para a Previdência Social. O outro é com o Ministério da Saúde, usando o Atestmed para informatizar o serviço de perícia médica.

“Através do sistema SUS, que também é conveniado com estados e municípios, servirá para diminuir o nosso impacto no serviço da perícia médica que hoje é o maior gargalo, é o maior afunilamento de pedidos que a Previdência Social tem. Para se ter uma ideia, desse cerca de 1,8 milhão de pendências, quase 1 milhão e cinquenta mil são falta de perícias médicas, não é falha dos peritos, é porque nós temos apenas 3,7 mil peritos para atender essa enorme fila, além de mensalmente termos de 400 mil a 500 mil pedidos só para perícia médica”, explicou.

Há também um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para tratar dos trabalhadores rurais e com a Marinha que libera o atestado de embarcação para o seguro-defeso. “Tudo isso é tentativa de otimizar o serviço, diminuir a demanda e aumentar a eficiência desse trabalho”. Carlos Lupi ainda propõe fazer mutirões temporais de perícia médica nas regiões mais distantes.

Ele informou que se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a fim de pedir uma suplementação orçamentária à Previdência Social.

O deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA) parabenizou o ministro pelas propostas apresentadas para reduzir as filas do INSS. Para ele, o novo regime fiscal apresentado pelo governo Lula vai permitir mais investimentos. “Os investimentos precisam ser levados onde a população mais precisa, e a Previdência é o maior programa social, talvez do mundo, seguramente do Brasil”.

Programa Social

Para o ministro, a Previdência tem, hoje, o maior programa social das Américas atendendo todos os tipos de benefícios, incluindo a aposentadoria, pensão, Benefício de Prestação Continuada (BPC), licença-maternidade, licença-doença e trabalhadores agrícolas, somando cerca de 37,8 milhões de trabalhadores.

“A Previdência Social não é o vilão do orçamento. A Previdência Social é o maior programa social das Américas. Nós somos quase uma Argentina em população. A Argentina tem um pouco mais de 40 milhões, nós temos, hoje, quase 38 milhões e devemos chegar próximos aos 40 milhões ao final deste ano. Então, nós temos que ter uma compreensão muito grande da representação social que tem a Previdência”, apontou Carlos Lupi.

Aumento do quadro de concursados

O deputado Jorge Solla (PT-BA) sugeriu que a pasta chame os aprovados em concurso para ajudar a reduzir os gargalos que assolam a Previdência Social. “Eu sei que tem um estoque, algo em torno de mil aprovados em concurso para técnico de seguro social e mais dois mil em cadastro reserva. Gostaria muito que o nosso governo pudesse, o mais rápido possível, convocar esses concursados para que possam ajudar a reduzir o tempo de espera que ultrapassa, hoje, 480 dias para tentarmos chegar aos 45. E precisamos aumentar o quadro de peritos médicos”.

Reforma da Previdência

O deputado Tadeu Veneri (PT-PR) criticou a Reforma da Previdência aprovada em 2019. “Nós tivemos uma Reforma da Previdência em 2019 que é cruel, injusta, excludente e patrimonialista. Só ganha com a Reforma da Previdência de 2019 aqueles que estão enquadrados nesse sistema, sistema patrimonialista, um sistema que faz com que aqueles que ganhavam pouco ganhem menos, e aqueles que sonegavam muito continuem sonegando muito, e mais ainda aqueles que já tinham o privilégio, porque é um privilégio, de estar excluídos das contribuições obrigatórias continuem excluídos das contribuições obrigatórias sem contrapartida”.

Para o deputado Padre João (PT-MG), a Câmara dos Deputados, após o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, tem acabado com os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. “Infelizmente, desde o golpe, essa Casa avançou em retirada de direitos, em dificultar a organização das trabalhadoras e trabalhadores, inclusive, dificultar as entidades representativas da classe trabalhadora em se fazer representada nessa Casa”.

O deputado também lamentou a precarização que os governos anteriores fizeram com a classe trabalhadora. “Os governos anteriores colocaram na miséria e na extrema pobreza milhões de trabalhadores. Trinta e três milhões de trabalhadores passando fome, 125 milhões de trabalhadores na insegurança alimentar, isso é uma covardia. Em breve, nós confiamos na Vossa Excelência e no governo, de fazer justiça, de fato, para os trabalhadores”.

FONTE: PT NA CAMARA FEDERAL - Lorena Vale

REAJUSTES EM MARÇO



De Veja todas as informações sobre as negociações de março no boletim De Olho nas Negociações 31: <https://www.dieese.org.br/boletimnegociacao/2023/boletimnegociacao31.pdf>

Siga nossas redes sociais

Facebook - <https://www.facebook.com/dieese>

Instagram - [instagram.com/dieese_online](https://www.instagram.com/dieese_online)

Twitter - https://twitter.com/dieese_online

YouTube - <https://www.youtube.com/user/DIEESEonline>

28 de abril: uma data para reforçar a luta por segurança no trabalho

No Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, números que mostram aumento de casos de mortes de trabalhadores servem como alerta para o combate ao trabalho precário



O Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho foi instituído pela Organização Internacional de Trabalho (OIT), em 2003, em homenagem aos 78 trabalhadores que morreram na explosão de uma mina nos

Estados Unidos, em 28 de abril de 1969. A tragédia marcou o dia como o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes do Trabalho e Doenças do Trabalho e, todos os anos, reforça a luta por segurança no trabalho.

No Brasil, a data foi instituída pela lei 11.121/2005, também como o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, cuja principal função é a de alertar para a necessidade de prevenção e segurança nos mais diversos ambientes de trabalho.

Os dados da Previdência Social revelam que a prevenção e segurança são reivindicações cada vez mais urgentes. Nos últimos 10 anos foram registradas 22.954 mortes em acidentes de trabalho apenas nos casos de trabalhadores formais, ou seja, com carteira assinada.

Entre 2020 e 2021, foram comunicados 1.018.667 milhão acidentes e 4.353 óbitos associados ao trabalho segundo dados atualizados do

Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho. Em dois anos de pandemia, foram registrados 33 mil Comunicados de Acidentes de Trabalho (CATs) e 163 mil afastamentos por casos de Covid-19. Técnicos de enfermagem (35%); enfermeiros (12%); auxiliares de enfermagem (5%); faxineiros (3%) e auxiliares de escritório (3%) são as profissões que mais aparecem nos comunicados.

Já quando se torna necessário o afastamento, as ocupações mais atingidas nos últimos dois anos foram a de faxineiros (5%), vendedores de comércio varejista (4%), alimentadores de linha de produção (4%), auxiliares de escritório em geral (3%) e motoristas de caminhão (3%).

“Neste 28 de abril, estamos denunciando condições precárias de vida e de trabalho a que estão expostos muitos trabalhadores e trabalhadoras no país, com ou sem carteira assinada. Não podemos aceitar que a luta para ‘garantir o pão’ seja sinônimo de sofrimento”, diz a secretária de Saúde do Trabalhador da CUT, Madalena Margarida Alves.

A dirigente ressalta que é notório que há um elevado índice de subnotificação, e que, por isso, os números expressam a insegurança e a desproteção a que é submetida a classe trabalhadora.

“Isso evidencia que o Brasil é um dos países que mais mata trabalhadores no exercício de suas atividades laborais”, diz Madalena, complementando que o fato se deve à falta de compromisso de empregadores que não investem em medidas de proteção individual e coletiva como deveriam e do próprio governo que vem atacando as políticas de proteção e promoção da saúde e segurança com o desmonte dos mecanismos de fiscalização do trabalho.

Sair para trabalhar e não voltar é um medo constante de toda classe trabalhadora que já enfrenta a falta de segurança pública e está constantemente sob risco de adoecer e morrer no local de trabalho. Isso tem que mudar. Lutaremos para isso com a eleição de um governo comprometido com as melhorias das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora- Madalena Margarida Silva

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Manifesto das Centrais

Para o Fórum das Centrais Sindicais, os últimos anos figuram como um dos momentos mais difíceis da história, desde a redemocratização do país, dadas as condições econômicas e sociais a que o Brasil foi exposto, como inflação, desemprego e retirada de direitos, que têm levado a um aumento dos riscos de adoecimento e morte em decorrência do trabalho, que cada vez mais é precário, degradante e insalubre

Em um manifesto, intitulado “Trabalhar Sim, Sofrer Não”, as centrais reforçam a luta em defesa dos direitos e contra a naturalização desses casos pelos governos e empresas. No documento, as entidades reafirmam a intensificação das lutas:

- Pela revogação da Emenda Constitucional 95;
- Em defesa do Sistema Único de Saúde e suas Políticas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com participação e controle social;
- Pelo reconhecimento da Covid-19 como doença relacionada ao trabalho;
- Pela emissão do Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT) para todos os acidentes e doenças do trabalho e relacionadas ao trabalho;
- Pela notificação dos agravos à saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e no Sistema de Informação da Atenção Básica;
- Para efetivação da atenção à saúde dos (as) trabalhadores(as) com sequelas de Covid-19 nos serviços de recuperação e reabilitação no âmbito do SUS e do INSS;
- Pela sensibilização de toda população para a importância da vacinação e pela garantia de vacinas;
- Pela garantia de condições dignas e seguranças de trabalho com adoção de medidas de proteção individual e coletiva;
- Pelo fortalecimento das organizações sindicais e sociais dos/as trabalhadores/as, assim como defender a liberdade sindical nos locais de trabalho;
- Contra a retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciárias.

Fonte: Redação CUT | texto: André Accarini |

Editado por: Marize Muniz

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF